



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CGC 03 892 042/0001-72

1
PARECER Nº 012/2023

Da Comissão De Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº. 009/2023 de 16 de Fevereiro de 2022, que “Dispõe sobre a permissão do Município de Querência para instalação do Loteamento denominado “Residencial Planalto” na área urbana da cidade e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO

O projeto vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no Regimento Interno dessa Casa de Leis.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo Municipal, em que o referido Projeto tem como objetivo a solicitação de permissão para instalação de loteamento para o município de Querência, através da empresa Residencial Querência Empreendimentos Imobiliários LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº. 33.492.799/0001-69, a qual apresenta projeto de Loteamento a ser implementado no Lote de Chácaras nº. 14, Setor C - do Loteamento Projeto de Colonização Querência I.

O presente Projeto de Lei vem com o intuito de implementar 1.367 (um mil trezentos e sessenta e sete) Unidades de Lotes com dimensões variáveis com a finalidade residencial. Em acompanhamento ao projeto, verificou-se que o projeto apresenta também área verde e área institucional de acordo com as disposições legais que regem o hall de legislações municipais.

II – ANÁLISE

Em análise ao Parecer Jurídico Emitido pela Procuradora Jurídica desta Casa Legislativa, temos que a propositura está apta quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e a boa técnica legislativa.

Vale salientar aqui, que o referido projeto de Lei atende todas as disposições legais que regem a legislação municipal, principalmente quando nos reportamos ao conjunto de leis que harmonizam e sincronizam o Plano Diretor Municipal. Na oportunidade, citamos que o Termo de Cauções de Lotes, parte integrante do referido Projeto de Lei, traz em seu bojo o caucionamento de 334 (trezentos e trinta e quatro) Lotes, os quais fazem parte do próprio projeto de loteamento, em que essa Comissão entendeu que tal quantidade é suficiente para garantir a estrutura básica do loteamento, respeitando os limites legais e observando a razoabilidade de tal fato administrativo. Em complemento, a Comissão entende que o Projeto de Loteamento proposto é importante e necessário ao município de Querência, o qual está em franco crescimento e requer políticas objetivas para maior oferta de habitação/moradia ao cidadão Querenciano, o qual nesse momento é penalizado pela especulação imobiliária, tanto na compra, quanto no aluguel de imóveis.

RUA WERNER CARLOS GALLE, 265 SETOR C –
FONE/FAX:(066) 3529 1119-1066

Câmara Municipal de Querência - MT



PROTOCOLO GERAL 136/2023
Data: 16/03/2023 - Horário: 11:48
Legislativo



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CGC 03 892 042/0001-72

2

Assim, opinamos em conformidade com o parecer jurídico apresentado, ou seja, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente. ISTO POSTO, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 009/2023 de autoria do Executivo Municipal.

É o que temos a manifestar.

III- VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 009/2023, de autoria do Executivo Municipal, que: **"Dispõe sobre a permissão do Município de Querência para instalação do Loteamento denominado "Residencial Planalto" na área urbana da cidade e dá outras providências"**, e em conformidade com as conclusões do relatório exarado pelo Relator Marcos Amorin, votam da seguinte maneira:

Adeal Antônio Almeida Carneiro: **Reprova**

Marcos Amorin: **Aprova**

Luzimar Pereira Luz: **Aprova**

Diante da Votação dos Vereadores que compõem a presente comissão, opinam por 02 (dois) votos favoráveis pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 009/2023, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente, bem como atende aos interesses da Administração Pública Municipal.

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Sala das Comissões, 14 de Março de 2023.

ADEAL CARNEIRO

Adeal Antônio Almeida Carneiro
Presidente da CCJR

Marcos Amorin
Marcos Amorin
Relator da CCJR

Luzimar Pereira Luz
Luzimar Pereira Luz
Membro da CCJR